

## **GUARDA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS - A “SENSAÇÃO” DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO À CUSTA DA EXPLORAÇÃO DO GUARDA MUNICIPAL<sup>1</sup>**

Genecy Gomes de Meneses (Graduada em Serviço Social pela UFF/Rio das Ostras, Guarda Municipal no município de Rio das Ostras – RJ)  
Clarice da Costa Carvalho (Assistente Social, docente do curso de Serviço Social da UFF/Rio das Ostras)

Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras – Curso de Serviço Social

### Resumo:

Este artigo apresenta parte dos resultados de um estudo de graduação em Serviço Social que teve por objetivo abordar os impactos do trabalho na vida dos trabalhadores da Guarda Municipal de Rio das Ostras (GMRO). Aqui apresentaremos - a atuação das guardas municipais no contexto de segurança pública. Quais as suas atribuições segundo o texto constitucional, como se enquadra nas políticas de segurança pública, quais as suas limitações e áreas de atuação e qual a expectativa da população em relação a tal instituição, bem como, as atividades laborais realizadas pelos servidores, as escalas de serviço, as condições de trabalho e os impactos que a profissão traz para a vida pessoal desses trabalhadores, assim como, para sua saúde. Foi abordada ainda a ausência de uma intervenção por parte do poder público municipal no sentido de identificar e criar estratégias de enfrentamento a questões relacionadas ao trabalho que influem diretamente na saúde do trabalhador e consequentemente no modo como este irá desempenhar suas funções. O estudo aborda aspectos da GMRO desde sua origem no município até 2013. Foi realizada pesquisa bibliográfica, na qual utilizamos autores que analisam aspectos contemporâneos do mundo do trabalho, segurança pública, saúde do trabalhador, na perspectiva da teoria social crítica, também utilizamos mão de dados estatísticos de órgãos institucionais/governamentais.

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta os resultados do trabalho de conclusão de curso intitulado “Guarda Municipal de Rio das Ostras: Servidores Públicos ou escravos de uma falsa política de segurança pública? A “sensação” de segurança da população às custas da exploração do guarda municipal” de autoria de Genecy Meneses e orientado por Clarice da Costa Carvalho, apresentado como um dos requisitos para integralização do Curso de Serviço Social no Campus da Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras.

## **1 - Apresentando os aspectos da realidade – um processo de aproximação sucessiva**

Para realizar um estudo sobre a saúde do trabalhador, seja em relação aos acidentes de trabalho ou às doenças ocupacionais, é necessário analisar as configurações que o trabalho tomou na atualidade, e necessário fazer uma breve contextualização histórica sobre os motivos que levaram a criação de legislações de proteção ao trabalhador, assim como consultar a legislação trabalhista brasileira atual e as precedentes, referentes ao tema abordado e relacioná-lo com a realidade vivida pelos guardas municipais de Rio das Ostras<sup>2</sup>.

As transformações no mundo no trabalho trazem consequências diretas para a vida do trabalhador, conforme análise de ANTUNES:

“Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado [...]. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudo, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção [...]” (ANTUNES, 2003, p. 24).

Embora o autor se refira a trabalhadores ligados à produção de mercadorias, podemos refletir sobre sua colocação e correlacionarmos com a questão do trabalho de uma forma mais generalizada, e com o trabalho do guarda municipal de Rio das Ostras que, para se adequar as demandas do município vêm sofrendo com a precarização de suas condições de trabalho, com rebatimentos em sua saúde e em seu convívio familiar.

O processo de elaboração deste trabalho direcionou-nos a uma tentativa de compreender o quão complexo é o serviço público e todas as implicações que a ausência de determinada legislação e de condições de trabalho pode trazer para o desempenho de determinada função no mercado de trabalho.

Ser funcionário público na esfera municipal traz para o trabalhador uma série de implicações de interesses políticos que irá influenciar diretamente na forma de realizar suas atividades. Traz ainda, a “carga” de expectativas da sociedade de que os funcionários públicos estejam disponíveis para resolver todas as suas aspirações pela garantia de direitos.

---

<sup>2</sup> No trabalho que deu origem a este artigo identificamos que este tema também está intimamente ligado à legislação trabalhista e previdenciária, o que remete a um resgate histórico das legislações de proteção aos trabalhadores o que apresentamos no Trabalho de Conclusão de Curso e aqui, em função da delimitação de espaço para o texto, não seria possível retomar.

O município de Rio das Ostras tem como particularidade seu grande crescimento populacional desde sua emancipação. Impulsionado pela proximidade com o polo petrolífero de Macaé, a cidade atrai pessoas dos mais diversos lugares do Brasil, que migram em busca de inserção no mercado de trabalho<sup>3</sup>.

Esse crescimento populacional acentuado traz como consequência o aumento da necessidade de serviços públicos como educação, saúde, segurança, saneamento, mobilidade urbana e expansão imobiliária.

Ao mesmo tempo em que o município cresce, ocorre o aparecimento de algumas questões que refletem as expressões das desigualdades sociais, uma vez que nem todos aqueles que migram para o município conseguem se inserir em empregos do setor petrolífero seja por questões de ausência de qualificação profissional, seja pelo grande número de concorrentes às vagas, e como consequência ocorre aumento de população afetada pelas mais diversas expressões da questão social.

Embora não tenha sido possível obter dados relativos ao processo de favelização, e aumento da população em situação de rua e dos desempregados, o fato é visível por quem percorre as ruas do município.

Ocorre também, conforme dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o aumento de índices de criminalidade se comparados aos municípios vizinhos, o que demonstra a necessidade de investimentos em ações voltadas para a segurança pública.

Seguindo a tendência do contexto político neoliberal, o município de Rio das Ostras vem sendo alvo da ausência de investimentos por parte da esfera estadual de governo, seja em questões voltadas para a educação, saúde, assistência e principalmente em segurança.

A existência de um jogo político que mascara as deficiências de políticas públicas que garantam os direitos dos cidadãos se faz presente ao longo desse texto, no sentido de induzir a população de Rio das Ostras a acreditar que o poder público municipal cumpriu com suas promessas de investimento em segurança.

As transformações das nomenclaturas da secretaria nas quais estão lotados os guardas municipais, sendo a última denominação *Secretaria Municipal de Segurança Pública*, podem ser interpretadas pela população como a forma escolhida pelo poder público local para

---

<sup>3</sup> O CREA-RJ informa: “Para se ter uma ideia do rápido crescimento dos últimos anos, em 2000, data do último Censo, a população de Rio das Ostras era de 36 mil habitantes. Nove anos depois, o número de pessoas morando no município cresceu para a impressionante marca de 265%, chegando aos atuais 96 mil habitantes. Mas, o maior salto se deu de 2006, quando a população era de 50 mil habitantes, segundo estimativas do próprio IBGE, para 2009. Um aumento de 194%.” Disponível em: <http://www.crea-rj.org.br/blog/rio-das-ostras-%C3%A9-o-munic%C3%ADpio-que-mais-cresce-no-rj/>. Em 2011, a cidade contava com 126.196 habitantes (Fonte: <http://www.riodasostras.rj.gov.br/dados-do-municipio.html>)

responder e amenizar a ânsia da população por se sentir mais segura. O título de secretaria municipal de segurança pública influenciará diretamente na forma como os guardas municipais irão exercer suas atividades, trazendo para esses uma série de prejuízos físicos, pessoais e psicológicos.

O “peso” do nome da secretaria ao qual está vinculado esse profissional acarreta uma grande “pressão” por respostas às questões de segurança que na realidade deveriam ser dadas pelos órgãos de competência estadual. Tal fato tem rebatimentos na vida desse funcionário que para atender a questões políticas locais e proporcionar “sensação de segurança” (termo bastante utilizado por profissionais da área de segurança), são muitas vezes pressionados a trabalharem uma carga horária muito mais extensa que os demais funcionários públicos municipais.

A principal questão relacionada a esse aumento de carga horária está nos desgastes físicos e psicológicos sofridos pelos trabalhadores, além de muitas vezes influenciarem nas relações familiares. As longas horas de trabalho em pé, a exposição por diversas horas ao sol, as muitas noites de sono perdido, a ausência de um local adequado para a execução do trabalho, contribuem para o surgimento ou agravamento de patologias clínicas.

O cumprimento de plantões normais e diversos plantões extras irão colaborar para o afastamento desse profissional de sua família, fazendo com que a sua ausência e distanciamento possam causar fragilidade nos vínculos familiares.

O fato mais agravante no decorrer da elaboração desse trabalho foi a constatação de que o poder público municipal não efetua qualquer ação no sentido de identificar, problematizar e criar estratégias para mudar essa realidade.

## **2 – O discurso sobre “sensação de Segurança” e sua interface com as condições de trabalho na GMRO e as lutas trabalhistas dos Guardas Municipais (GM’s).**

Considerando que, na sociedade capitalista, o trabalho é forma pela qual o homem busca a sua manutenção e a satisfação de suas necessidades, através da venda da força de trabalho, o que irá garantir a sua subsistência, e ainda, com a crescente onda de desemprego que assola o país, identificados que os profissionais se sujeitam a trabalharem em situações mesmo que sejam desfavoráveis ao seu bem estar físico e mental, na intenção de não correr o risco de não ter empregado, uma vez que o desemprego vem crescendo segundo das da Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme publicado no jornal Estadão.

“A taxa de desemprego no Brasil foi de 6,3% ao final de 2012, segundo os dados da OIT. Ela subirá para 6,5% em 2013 e, em 2014, atingirá a marca de 6,6%, a maior desde 2009 e acima da média mundial. Ao final de 2012, o País somava 6,5 milhões

de desempregados. Neste ano, o número chegará a 6,9 milhões. Já em 2014, irá superar a marca de 7 milhões de brasileiros”. CHADE (2013).

Conforme apontado por Teixeira, o trabalho influencia diretamente no modo como o homem vive em sociedade, e a sua não inserção no mercado de trabalho, acarretam relevantes influências no modo como as pessoas vivem.

“Portanto, o trabalho deve ser entendido como fator determinante das formas de sociabilidade humana, considerando que, a partir do processo de produção de bens materiais, são produzidas e reproduzidas as relações sociais entre indivíduos, potencialmente construtores dessa realidade”. (TEIXEIRA, 2008) .

Diante da relevância que o trabalho exerce no modo de viver do homem, ocorre que na ânsia por viver e ou sobreviver numa sociedade capitalista, permeada por desigualdades sociais, os trabalhadores se sujeitam às condições de exploração e de esgotamento físico e mental para se manter na condição de trabalhador empregado e não migrar para a condição de desemprego, mesmo que para isso seja comprometida sua saúde.

A guarda municipal de Rio das Ostras, desde sua criação vem tendo grandes oscilações em seu efetivo de trabalho. Muitos guardas municipais vêm pedindo exoneração - seja em função das condições de trabalho, das implicações que a rotina de trabalho traz para a vida familiar (trabalhos noturnos, plantões em datas festivas e feriados, interferência nos horários de convívio com filhos e cônjuges) - seja pela dinâmica do trabalho e as configurações que a profissão está tomando nos últimos anos com uma forte tendência de atuação numa perspectiva policial.

Embora o discurso governamental esteja direcionado para o lado positivo da “pacificação” e que determinados segmentos da população, tenha nas UPP’s o atendimento por sua ânsia de se sentir mais seguro, o fato de um combate policial ao uso e porte de armas de fogo nas comunidades e o comércio de drogas ilícitas, não significa que a população local estará tendo acesso a todos os seus direitos em sua plenitude. O que ocorre a nosso ver é uma suposta pacificação em um determinado território, sem que sejam tomadas medidas para conter a migração dos transgressores da lei para outras localidades, como apontado por SILVA em seus estudos sobre as Unidades de Polícia Pacificadora, expressão da atual política de segurança pública adotada pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

“É também evidente que, na presença das UPPs, os custos de oportunidade do crime tendem a subir consideravelmente, de modo que as respectivas taxas nas áreas por elas cobertas se reduzem. Aqui, porém, entramos em problemas de mensuração sobre os quais os criminólogos se debruçam há muito tempo. Basta dizer que os pontos de concentração de atividades criminais, os “ hotspots ”, não são fixos, de modo que o aguçamento do controle repressivo em certas áreas pode provocar

migração e/ou pulverização da atividade e não necessariamente sua redução. Tem havido muito boato de que é isto que está ocorrendo com a implantação das UPPs, porém não há comprovação empírica, o que, aliás, é tecnicamente muito complicado. Mas pode-se mencionar o constrangimento provocado por um coronel da Polícia Militar que, durante entrevista a uma rede de televisão, dirigiu-se diretamente aos criminosos de uma localidade, alertando-os para deixar a área, pois a polícia a ocuparia em tal dia. O próprio governador também sugeriu, em entrevista, que os traficantes da Ladeira dos Tabajaras (onde, à época, estava programada para breve a implantação de uma nova UPP) aproveitassem para abandonar o local enquanto a polícia estava envolvida com a criação da UPP do Morro do Cantagalo”.(SILVA, 2010, p.03)

Fato é que está ocorrendo grande investimento e nomeação de policiais para atuarem na capital do Estado, enquanto que o efetivo policial lotado nos municípios do interior ou nas periferias da cidade do Rio de Janeiro continua reduzido enquanto que as expressões dos índices de criminalidade ganham evidência, se aproveitando deste “solo” fértil para se instalarem. Não é raro vermos expressões recorrentes de violências diversas em Rio das Ostras e municípios vizinhos como Macaé e Cabo Frio.

Para ilustrar, o crescimento relativo dos índices de violência principalmente nesses dois municípios segue abaixo tabela com dados da estatística de registro de ocorrência policial entre os meses de julho a dezembro de 2012 na região atendida pelo 32º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que compreende os municípios de Casimiro de Abreu, Conceição de Macabú, Macaé (123ºDP), Quissamã, Carapebus e Rio das Ostras (128ºDP).

Foram selecionados dados referentes a crimes contra a pessoa, com utilização de violência física e psicológica contra as vítimas, utilizados como “amostra”, para analisarmos o crescimento da criminalidade de Rio das Ostras e estabelecermos um comparativo com os municípios vizinhos Macaé e Casimiro de Abreu.

Diante de tal comparativo podemos verificar também que os maiores números de ocorrências foram registrados nos municípios onde as influências da extração petrolífera se fazem mais presentes.

Na intenção de retratar mesmo que aproximadamente a realidade do município de Rio das Ostras e dos municípios mais próximos, fizemos um recorte de dados obtidos junto ao Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, construindo um quadro que demonstrasse dados estatísticos de crimes contra a pessoa no período de julho a dezembro de 2012.

Quadro 1 – Crimes contra a pessoa

Tipos de crimes	121a. DP						123a. DP						128a. DP					
	J	A	S	O	N	D	J	A	S	O	N	D	J	A	S	O	N	D
Homicídio Doloso	1	0	0	0	0	0	7	6	2	10	10	13	6	1	7	2	2	9
Tentativa de Homicídio	1	0	1	0	0	0	4	4	9	7	7	16	4	3	2	2	2	2
Lesão Corporal Dolosa	24	4	21	22	22	24	87	80	53	77	77	108	58	36	56	18	18	56
Estupro	1	0	0	0	0	1	12	3	3	2	2	5	5	3	14	4	4	3
Homicídio Culposos	2	0	0	8	8	6	1	2	2	3	3	1	2	1	1	0	0	4
Lesão Corporal Culposa	6	3	15	25	25	10	61	76	48	106	106	75	38	49	67	11	11	39
Ameaça (vítimas)	15	12	8	24	24	18	100	79	67	92	92	95	44	38	58	16	16	28
Total de Registro de Ocorrências	89	24	110	139	139	120	874	743	687	882	882	820	438	445	436	184	184	485
LOCAL	Casimiro Abreu						MACAÉ						RIO DAS OSTRAS					

Legenda: J= Julho A= Agosto S=Setembro O= Outubro N= Novembro D= Dezembro

Fonte: Dados compilados pela autora a partir de informações do Instituto de Segurança do Rio de Janeiro, 2012

Como verificado no quadro acima Rio das Ostras e Macaé se destacam com relação ao município vizinho (Casimiro de Abreu) em registros de ocorrências policiais, o que comprova que a população vem sofrendo com as mais diversas expressões de violência e com ausência e ou deficiência por Estado no que tange a garantir a segurança a todos.

Diante do exposto, é possível visualizar a necessidade de uma maior integração entre os poderes públicos Municipal e Estadual na construção e implementação de políticas públicas sociais e de segurança na perspectiva de reduzir as expressões da questão social que compõem o atual cenário do município.

A atuação da guarda municipal em Rio das Ostras, se faz presente em todas as localidades do município, com profissionais atuando nos diversos prédios públicos e em viaturas que circulam pelos bairros efetuando patrulhamento, na intenção de dar ao morador uma “sensação” de segurança.

Embora o patrulhamento noturno contribua de alguma forma para combater a insegurança (pressupondo que a presença da viatura possa inibir ações que coloquem em risco a integridade da população), também não se pode desconsiderar o risco aos quais estes profissionais se expõem, uma vez que ao fazerem sua ronda podem se deparar com ações como assaltos e outros crimes que envolvam armamentos. Um dos fatores que contribuem em muito para esse risco é a semelhança de uniformes, equipamentos (viaturas, giroscópio,

sirenes) com os de uso da polícia militar, a possibilidade de comunicação por rádio e até mesmo situações que envolvam algum tipo de vingança por alguma ação repressiva ou punitiva adotada por policiais ou até mesmo guardas municipais em ocorrências anteriores. Vale ressaltar que até o ano de 2012 os veículos da Guarda Municipal de Rio das Ostras tinham como cor predominante em sua caracterização as cores branco e laranja enquanto o da Polícia Militar utiliza azul e branco. Atualmente, a frota de veículos da GM está com caracterização nas cores azul, verde e branco, o que faz com que exista certa semelhança entre as viaturas das duas instituições.

Guarda Municipal



Fonte: [www.riodasostras.rj.gov.br](http://www.riodasostras.rj.gov.br)

Policial militar



Fonte: [www.bonjenoticias.com.br](http://www.bonjenoticias.com.br)

A Secretaria Municipal de Segurança Pública distribui seu efetivo de GM's, em escalas de serviço diferenciadas, conforme quadro descritivo abaixo:

**Quadro 2 - Tipos de escalas de serviço existentes na Guarda Municipal de Rio das Ostras**

<b>SETOR</b>	<b>TIPO DE ESCALA</b>	<b>HORÁRIOS</b>
Trânsito	Diarista (segunda a sexta)	06:30h/13:30h e 13:30h/20:30h
Trânsito (viatura)	2x2 diurno (trabalha dois dias seguidos e folga dois)	06:30h/19:30h
Ronda Escolar	Diarista (segunda a sexta)	06:30h/14:30h e 14:30h/22:30h
Ronda Comunitária e prédios públicos	2x2 diurno e noturno	08h/21h e 20h/08h
Ronda Comunitária e	24x72 (trabalha um inteiro e folga três dias)	08h/08h



prédios públicos		
Defesa Civil	24x72 (trabalha um inteiro e folga três dias)	08h/08h
Ambiental e marítimo	24x72 (trabalha um dia inteiro e folga três) exceto de dezembro a março, quando passa para 2x2 diurno para atender a demanda como guarda vidas.	08h/08h
Administrativos e readaptados	Diarista	08h/17h

Fonte: Quadro elaborado com informações obtidas um dos funcionários responsáveis por elaborar as escalas de serviço da SESEP (2013)

Diversos fatores influenciam diretamente nos motivos que levam um Guarda Municipal ter escala diferente do outro, dentre os quais listaremos alguns mais evidenciados<sup>4</sup>.

- Ausência de regulamentação de escala de serviço – leva a condição de que a decisão de qual escala o Gm vai trabalhar fica a cargo da chefia, assim como o setor onde vai trabalhar. Mesmo que não seja assumido, tais decisões estão permeadas de influências políticas locais. Pois nem sempre os mais capacitados ocupam os postos mais específicos aos conhecimentos acadêmicos ou conhecimento de campo que possuem, mas sim aqueles que são indicados por políticos, como exemplo: um guarda com formação superior em biologia atua como guarda vida enquanto um com ensino fundamental chefia o departamento ambiental, o guarda com formação em engenharia civil atua como um simples guarda na Defesa Civil, enquanto o outro que possui apenas ensino médio ocupa cargo de chefia na Defesa Civil, o guarda com formação superior em segurança pública atua como motorista de viatura enquanto outros sem qualquer tipo de formação específica ocupam cargos de alto escalão em postos de chefia.
- Condicionar a permanência na escala de 24hx72h à disponibilidade do Gm em não faltar plantões extras; utilizando desse argumento para coagir o funcionário a não faltar e não se rebelar contra a administração sob pena de ter para uma escala menos atrativa.
- Horário de funcionamento dos setores (localidades e serviços) onde o profissional irá trabalhar; uma vez que determinados setores só funcionam em horário comercial, não

<sup>4</sup> Informações obtidas com guardas municipais com diferentes tempos de serviço na instituição e atuando em diferentes áreas.

necessitando de guardas em período noturno, uma vez que à noite tais espaços são monitorados por alarmes e outros mecanismos de segurança;

- Áreas de atuação: como os guardas que atuam na condição de guarda-vidas, que só exercem tal atividade no horário de 07h/ 20h; o que não justifica sua escalação em horário noturno uma vez que o movimento de banhistas se dá durante o dia.
- Indicações políticas: Mesmo que não haja reconhecimento por parte da administração, alguns profissionais da guarda recorrem a “padrinhos” políticos para garantir sua permanência na escala de serviço 24X72 e em áreas de atuação de sua preferência.

Além do cumprimento das escalas de serviço normal, os GM's de Rio das Ostras são constantemente escalados para plantões extras, seja em função de déficit do efetivo, ou de escalação para atuar em eventos realizados na cidade, principalmente para efetuar os fechamentos de ruas e impedir a circulação de veículos em áreas de eventos. Os eventos que geram maior intensificação da jornada de trabalho dos guardas são carnaval e réveillon. Nesta data é inadmissível que se falte plantão ou extra, exceto por motivos médicos com apresentação de atestado, sob pena de ser instaurado inquérito administrativo, alteração de escala e mudança de setor.

A escalação de serviço extra nem sempre é realizado de comum acordo com o trabalhador da guarda. Em épocas de grandes eventos os guardas muitas vezes são escalados duas vezes em suas folgas, fazendo plantões de 12h extras por dois dias seguidos. Ocorre que em determinados eventos, os guardas tiram um plantão de 24h, onde só é permitido descansar por 2h (descanso este que nem sempre é concedido pela chefia), sem alojamento ou lugar para tal fim, fazendo com que estes utilizem as viaturas, o que não assegura um descanso digno para o seu corpo, mesmo depois de trabalhar em um plantão em tais condições, o trabalhador ter 12h de folga e estar novamente escalado nos eventos em plantões extra onde atuam por mais 12h de serviço em pé nos fechamentos de rua, sem opção de escolher entre a realizar ou não tal serviço extra.

Além do cansaço físico de tal jornada de trabalho, ocorre ainda um cansaço mental devido à perda de sono, horário irregular para alimentação, pressão psicológica exercida pela população que frequenta os eventos ou de moradores das adjacências que não aceitam a interdição das ruas, a preocupação com uma possível ausência no plantão extra que pode

resultar em uma escala de serviço desfavorável ao trabalhador ou sofrer alguma punição geográfica<sup>5</sup>.

No município de Rio das Ostras, algumas influências neoliberais, podem ser identificadas nas concessões de benefícios financeiros concedidos aos servidores públicos, que só são recebidos enquanto os funcionários estiverem em plena atividade laboral, sendo suspensos por ocasiões de licenças médicas, férias, licenças prêmio ou outros tipos de afastamentos do trabalho<sup>6</sup>.

Tais benefícios incentivam o funcionário a não faltar ao trabalho, incidindo diretamente na diminuição de gastos com absenteísmo. Além disso, impactam também no usufruto das férias e licenças prêmios (pois se o trabalhador fizer uso e gozar integralmente as férias ou as licenças sentirá grande perda financeira em seus proventos). Tais aspectos do gerenciamento da força de trabalho também visam evitar afastamentos para tratamentos médicos, utilizando assim as motivações das perdas financeiras e demais benefícios – advindas da remuneração salarial e também das formas de distribuição e organização do trabalho - como as alterações escalas de serviços e de local de trabalho, por exemplo, para manter o trabalhador constantemente vinculado à rotina de serviços do setor.

Esses benefícios, a princípio complementam a renda familiar dos trabalhadores da guarda municipal, enquanto estes se mantêm desempenhando suas atividades. Porém, se por um lado tais benefícios contribuem positivamente para que o trabalhador tenha acesso a um maior número de bens e serviços, contribuindo desta forma para sua melhor qualidade de vida, por outro lado, tem uma repercussão negativa na vida desse profissional, uma vez que o mantém “preso” às condicionalidades para o recebimento dos benefícios.

Desta forma, quase sempre o trabalhador passa a contar com esses valores para conseguir satisfazer suas necessidades e, por conta desse fato, muitas vezes busca receber férias em pecúnia, evita apresentar atestado médico e se dedica a fazer diversas horas extras na perspectiva de aumentar seu salário e assim poder suprir suas necessidades básicas e as demais influenciadas pela dinâmica de uma sociedade capitalista, onde o estímulo ao consumo é tão presente.

Além de todas estas questões, recentemente (no dia 31 de janeiro de 2013), o efetivo da guarda municipal se surpreendeu ao conferir os valores recebidos como proventos, uma vez que nesta data esperava-se receber os valores referentes às horas extras realizadas no mês de

---

<sup>5</sup> Punição geográfica se refere à troca de setores de trabalho, seja para um setor mais distante ou para setores cujo trabalho é intenso.

<sup>6</sup> Em termos percentuais – a depender da situação em que se encontra - o funcionário pode deixar de receber em média 75% em seu salário, mais os benefícios de auxílio transporte e refeição que somam em média R\$ 480,00.

dezembro de 2012, assim como o abono natalino<sup>7</sup> que é pago nesta data, pagando em dobro as horas extras efetuadas em dezembro. Esses valores não foram pagos o que fez com que os servidores se sentissem lesados por não receberem o que lhes era de direito.

Na expectativa de buscar uma negociação com o gestor municipal, foi montada uma comissão composta por cinco guardas municipais que iriam intervir junto ao mesmo para que os pagamentos fossem regularizados, o que foi feito nos dois meses seguintes em datas diferentes, porém sem que a comissão tivesse sido recebida pelo gestor municipal.

A comissão realizou assembleias junto aos demais guardas onde decidiram reativar a Associação da Guarda Municipal de Rio das Ostras (AGMRO) que se encontrava inativa, e se aliar ao Sindicato dos Servidores (SINDISERV) para elaborar uma série de reivindicações junto ao poder executivo.

No dia 27 de maio, foi realizada na sede do SINDISERV uma assembleia onde estiveram presentes mais de 190 (cento e noventa) guardas municipais, número que não foi superior devido os plantonistas do dia não terem sido liberados para participar do evento. O número expressivo de participantes demonstrou a adesão a um movimento que tem por objetivo a luta pela ampliação e garantia dos direitos da categoria.

As reivindicações pleiteadas pela categoria segundo consta na Ata de reunião, são as seguintes:

- Reposição salarial: Objetivando a recuperação de perdas salariais de 42% ocorridas desde a criação da Guarda Municipal;
- Incorporação da gratificação de risco permanente equivalente a 40% do vencimento básico ao salário, uma vez que como gratificação o funcionário deixa de ganhar por ocasião de afastamentos como férias, licença prêmio e licença médica sejam por acidente de trabalho, ou auxílio doença.
- Regulamentação da escala de serviço de 24x96, com intervalos de uma hora no período diurno para almoço, uma hora no início das horas noturnas para jantar e três horas seguidas na madrugada para descanso que poderão ser interrompidos em caráter emergencial.
- Criação de formulário a ser preenchido pelos GM's, indicando os dias disponíveis para serem escalados em plantões extras.
- Plano de Cargos e Carreiras que possibilitem aos GM's acesso aos cargos de escalão superior além de progressão salarial.

---

<sup>7</sup> Abono Natalino ou diferença de 13º salário como também é conhecido entre os GM's, é o pagamento em dobro de todas as horas extras realizadas no mês de dezembro do ano anterior, que são pagas em 31 de janeiro.

- Criação de regimento interno para a Guarda Municipal de Rio das Ostras.
- Criação de Comissão Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho, objetivando a redução de riscos inerentes à saúde do trabalhador.
- Elevação de grau de escolaridade para ingresso na guarda municipal de ensino fundamental para ensino médio, conforme previsto na grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Na assembleia foi organizada e votada a pauta de reivindicações, e tão logo foi agendada com o prefeito uma reunião com os representantes da guarda municipal e do SINDISERV para dar início das negociações.

No dia 26 de junho de 2013, guardas e representantes do SINDSERV foram recebidos pelo prefeito que, a princípio, se comprometeu em atender algumas das reivindicações, contudo solicitando aos integrantes da comissão que elaborassem um documento com o detalhamento das influências que tais reivindicações trariam para o funcionamento da guarda municipal, tanto financeiramente quanto operacionalmente, como por exemplo, se com a mudança de escala seria possível atender todas as necessidades da administração. Foi marcada uma nova reunião para o dia 05 de julho, para discutir a viabilidade de atendimento de outras propostas e apresentação do “relatório” solicitado.

Tal solicitação nos parece equivocada, ou até mesmo “maliciosa”, uma vez que o levantamento de dados, o relatório de impactos que as reivindicações podem trazer para a instituição deveria ser elaborado pelos funcionários que atuam junto a administração, uma vez que estes que possuem as informações e o conhecimento das particularidades que envolvem a dinâmica do trabalho da guarda municipal e as articulações com outras secretarias do município.

Historicamente, esse movimento de reivindicação por direitos e por melhores condições de trabalho é de suma importância, uma vez que em 18 anos de existência em Rio das Ostras, é a primeira vez que os profissionais se unem em prol a lutas por direitos e se reconhecem enquanto “classe”<sup>8</sup>, buscando um objetivo comum.

O movimento de reivindicações luta por melhores condições de trabalho e pela diminuição da horária de serviço. Também tem impactos na busca por eliminar a pressão psicológica que existe no sentido de condicionar escalas de serviço com assiduidade em plantões e serviços

---

<sup>8</sup> Classe aqui utilizado no sentido de que se trata de trabalhadores que estão engajados no momento os guardas municipais subordinados e guardas municipais que na atual gestão encontram-se ocupando cargos de chefia. A luta é de uma classe de trabalhadores, dos guardas municipais de Rio das Ostras, e não apenas dos que estão na condição de subordinados.

extras. O que faz com que o trabalhador esteja sempre trabalhando sob coação e por diversas vezes tendo de abrir mão de zelar pela sua saúde e sua família em função de não se ausentar do trabalho.

Os guardas municipais que trabalham como salva vidas, em períodos de alta temporada de turismo (verão), trabalham em escala de 2x2, em plantões das 07h às 19h. Contudo, devido ao baixo efetivo de funcionários, esses profissionais são escalados para plantões extras de 12h. Dessa forma, chegam a trabalhar em média 5 dias e folgar 1. Trabalho este que exige grande atenção aos banhistas, que expõem os profissionais a jornadas prolongadas ao sol (não existem postos de abrigo para os guardas), jornadas extensas de trabalho, esforço físico (corridas e natação), riscos de vida (entrar no mar para resgate mesmo em dias de grandes ressacas, nem sempre possuindo os equipamentos necessários), além da pressão psicológica inerente a tal tipo de atuação (nem sempre os profissionais terão suporte psicológico para lidar com perdas de vítimas).

O município de Rio das Ostras teve um de seus guardas municipais assassinado no carnaval de 2011, ao tentar separar uma briga, quando então foi alvejado por disparo de arma de fogo por uma das partes envolvidas, vindo a falecer logo em seguida. Além desse episódio que é o mais grave, ressaltamos ainda que em todos os anos em períodos de alta temporada, principalmente por ocasião do carnaval ocorrem agressões a algum guarda municipal. No ano de 2013, pelo menos um GM foi hospitalizado após ser agredido e ter tido lesões na face e deslocamento de clavícula.

A insegurança e as condições de precariedade do trabalho contribuem para que ocorra oscilações do efetivo da guarda municipal, conforme demonstraremos abaixo.

Abaixo segue o demonstrativo de efetivo geral da guarda municipal, é importante destacar que - até o ano de 2011 os números se referem a guardas municipais, fiscais de transporte e administrativo. No ano de 2012 foi criada a Secretaria de transporte sendo os fiscais de transporte lotados nessa secretaria. Sendo assim, o efetivo de 2013 se refere somente a guardas municipais.

**Quadro 3 - Total de servidores da Guarda Municipal**

Ano	Quantidade
2004	233
2009	519
2011	497
2013	445

FONTE: Secretaria Municipal de Segurança Pública (SESEP, 2013)

Do efetivo total de guardas municipais no ano de 2013, o quantitativo de 46 funcionários se encontra ocupando cargos de chefia, 5 se encontram cedidos para outras secretarias, 05 de licença médica, 06 encontram-se usufruindo de licença sem vencimento, 01 com redução de 50% de carga horária, 03 em licença maternidade, 04 faltosos constantes, 02 em processo de exoneração e 02 em processo de readaptação. Sendo assim, o efetivo disponível para atuação sem qualquer tipo de restrição é de 367 GM's, que se encontram distribuídos da seguinte forma:

- Diariamente são escalados 183 guardas de serviço, distribuídos nas mais diferentes áreas de atuação.
- No período de março a novembro o efetivo tem uma redução de 10%, referentes à média de funcionários que tiram férias mensais<sup>9</sup>.
- Por ocasião da realização de eventos diversos como: shows, festas de bairro, festas de escolas, manifestações, passeatas, eventos esportivos e outros, são necessários escalar guardas em plantões extras para atender as necessidades de serviço.

Segundo um dos escalantes da SESEP, para suprir a necessidade diária de serviço sem que seja necessária a escalção de plantão extra, seria necessário um efetivo de aproximadamente 600 profissionais. Somente com esse efetivo se poderia suprir a necessidade de guardas municipais nos locais onde já atuam e também de outros setores como postos de saúde e unidades escolares onde não são atendidos com guardas de plantão e sim com rondas periódicas, além de possibilitar suprir o déficit de efetivo por ocasião de férias. Ainda assim, seriam necessários os plantões extras para suprir a necessidade de trabalho em eventos.

Como podemos observar, existe uma deficiência de efetivo de aproximadamente 40% de profissionais. Essa lacuna é preenchida com a escalção dos profissionais em plantões extras, para atender às necessidades do município. O excesso de carga horária trabalhada como hora extra, a oscilação de horários de trabalho (às vezes trabalha um dia em período diurno, outro no período noturno) traz prejuízos à vida particular de cada profissional.

É possível relacionar o desgaste físico e mental dos guardas municipais, com a pesquisa realizada por SILVA (2011), com trabalhadores de indústrias que trabalham por turnos onde foi apontado que os trabalhadores que trabalham em horários noturnos em sua maioria apresentam distúrbios de sono, como sono superficial e insuficiente, irritação, medos de

---

<sup>9</sup> Não é autorizado pela secretaria que os funcionários tirem férias no período entre 30 de dezembro ao término do carnaval sob a alegação de necessidade de serviço devido a alta temporada de turismo.

sofrerem acidentes em função do cansaço, ausência de convívio com a família, o desânimo e fadiga crônica.

Embora para alguns seja a oportunidade de garantir uma renda adicional, para outros, o serviço-extra aparece como algo sacrificante, que o cansa fisicamente e mentalmente e o deixa longe da família e de seus interesses pessoais como prática de esportes, estudos, lazer, dentre outros.

No ano de 2013, a SESEP vem se surpreendendo com o número de faltas de funcionários. Somente no período de janeiro a abril de 2013 foram detectados os seguintes números com relação às faltas ao trabalho.

**Quadro 4 - Faltas ao trabalho de guardas municipais**

Janeiro 2013		Fevereiro 2013		Março 2013		Abril 2013	
Falta Justificada	Falta sem justificativa	Falta Justificada	Falta sem justificativa	Falta Justificada	Falta sem justificativa	Falta Justificada	Falta sem justificativa
30	49	38	45	35	47	29	36
<b>79</b>		<b>83</b>		<b>82</b>		<b>65</b>	

FONTE: Secretaria Municipal de Segurança Pública (SESEP, 2013)

De acordo com o quadro exposto acima podemos observar um número expressivo de faltas ao trabalho, e o que mais surpreende é o fato de que as faltas não justificadas superam aos atestados médicos (faltas justificadas). Essa ausência de atestado médico pode estar relacionada ao processo burocrático exigido para a apresentação de atestado descrito a seguir. Os atestados médicos devem ser entregues nas SESEP no prazo máximo de 48 horas após a emissão, contudo antes da entrega o funcionário tem de se apresentar **no setor** de medicina do trabalho (OSTRAPREV)) para que o atestado seja carimbado pelo médico do trabalho, sendo que normalmente esse atendimento é realizado a partir das 17h com agendamento prévio. Somente o funcionário pode levar o atestado para ser carimbado, em caso de impossibilidade poderá ser apresentado por pai, mãe e cônjuge desde que com documento de identidade do funcionário e declaração médica que comprove a impossibilidade do paciente comparecer ao



local, e após o cumprimento de toda essa burocracia, ainda tem de se deslocar até a SESEP, para finalmente entregar o atestado<sup>10</sup>.

Desta forma, se um guarda fica doente e possui um atestado em outro município terá de passar por todos esses trâmites em 48h para que o atestado seja aceito, o que faz com alguns optem por não justificarem suas faltas.

Mesmo diante de tantas faltas, não há por parte da secretaria a preocupação de identificar as motivações que levam seus funcionários a faltarem o trabalho e tratam o fato como se fosse algo normal ou que simplesmente o guarda que não quis vir trabalhar. Ainda no mesmo período foram solicitados 14 pedidos de exoneração, o que entendemos como um importante indicador de insatisfação do trabalhador em seu trabalho.

No que se refere aos registros da medicina do trabalho, quando solicitado informações sobre os guardas municipais que tiveram afastamentos do trabalho por motivos de saúde, foi informado apenas que 16 funcionários tiveram afastamentos e dentre as patologias informadas constavam pós-operatórios, licenças maternidades e fraturas por acidentes.

Tal fato vem comprovar a hipótese de que o município não possui um banco de dados que constem efetivamente informações que demonstrem a real condição da saúde de seus funcionários e a relação entre adoecimento e trabalho, dificultando enormemente maiores aprofundamentos sobre o tema. Ainda assim, avaliamos a importância desta aproximação inicial realizada neste trabalho de conclusão de curso e a necessidade de mais pesquisas sobre estas questões.

Quanto verificado o número de profissionais que faltam ao trabalho na SESEP, pode-se observar existência de algum fator incomum e que já deveria ter sido mais apreciado pela administração da secretaria. A média de atestados médicos apresentados pelos guardas é semelhante ao número de faltas sem justificativa.

Não foi detectada ao longo da pesquisa uma preocupação por investigar quais as causas de tantos atestados médicos e de faltas injustificadas, o mesmo ocorrendo em relação às informações obtidas junto ao OSTRAPREV, órgão responsável por acompanhar as questões relativas à medicina do trabalho no âmbito da prefeitura municipal.

O que se constatou é que não existe um banco de dados onde estejam sistematizadas as principais patologias que constam nos atestados apresentados pelos guardas municipais. O banco de dados existente somente disponibiliza as informações de afastamentos médicos superiores há 15 dias, quando então o funcionário deixa de receber seus proventos pelo

---

<sup>10</sup> Informação obtida junto à administração da SESEP.

município e passa a receber o auxílio doença. Contudo, pensamos que somente essas informações não são suficientes para demonstrar o quanto as condições de trabalho causam impactos na vida dos guardas municipais.

Tal fato ainda é agravado pela omissão dos trabalhadores da Guarda Municipal que, por temor de perderem seus benefícios por ocasião de afastamentos, retornam ao trabalho muitas vezes antes de terem sua saúde integralmente reestabelecida<sup>11</sup>. Embora não se possa confirmar que tais problemas estejam relacionados às atividades executadas por esses profissionais, também não podemos desconsiderar que as condições impostas para a execução de seu trabalho contribuem para o aparecimento ou agravamento de tais patologias.

No que se refere às questões familiares, embora sejam problemas que envolvem a vida particular dos GM's, pensamos que seria viável a existência de profissionais como Psicólogos e Assistentes Sociais no quadro de funcionários da secretaria para que pudesse intervir junto a estes identificando as necessidades e as demandas postas por estes trabalhadores e buscar estratégias de enfrentamento a tais dificuldades.

### **3 - Considerações Finais e/ou Outras questões e temas para estudos futuros**

Podemos dizer que é *ponto pacífico* para o senso comum a afirmação de que a inserção no serviço público é um dos principais objetivos de amplos segmentos da população por ser considerado extremamente vantajoso para o trabalhador, seja pela estabilidade no emprego, seja pela diminuição da competitividade quanto a existente no setor privado – obviamente, após o funcionário ter passado por um processo seletivo através de concurso. Contudo, pelos estudos realizados e pela análise documental podemos afirmar que estes servidores não possuem autonomia no seu trabalho.

A análise das condições de trabalho dos Guardas Municipais nos permite afirmar que os funcionários públicos, principalmente os municipais, sofrem constantemente pressões políticas locais que vão desde o assédio moral até questões relacionadas a perseguições que podem ser traduzidas em formas de remanejamentos funcionais e ou demográficos (aquele que coloca o funcionário para trabalhar em locais isolados e de difícil acesso no intuito de prejudicá-los e/ou de dificultar seu cotidiano) e pressões psicológicas.

Com relação ao Município de Rio das Ostras, o primeiro ponto a ser analisado se refere ao crescimento populacional que o município vem obtendo nos últimos anos. Crescimento este

---

<sup>11</sup> Ao conversar informalmente com alguns guardas municipais foi possível identificar diversos casos de hipertensão arterial, depressão, insônia e problemas ortopédicos na coluna vertebral e nos joelhos.

que não é acompanhado por investimentos por parte do poder público estadual. O município sequer dispõe de um Batalhão da Polícia Militar que possa atuar na preservação da segurança dos que aqui vivem, possuindo apenas uma Companhia de Polícia Militar com um efetivo extremamente reduzido para atender as demandas da população<sup>12</sup>.

Outro ponto a ser considerado também se refere à ausência de investimento do Estado no que se refere à presença do Corpo de Bombeiros militar no município, o que faz com que, em caso de necessidade, seja preciso acionar os bombeiros dos municípios de Macaé ou de Casimiro de Abreu.

Em terceiro lugar vale citar a presença de influências políticas em quase todos os âmbitos dos serviços municipais, o que - direta ou indiretamente - afeta o desempenho do servidor, pois as incertezas em relação a chefia são constantes, uma vez que a maioria dos cargos de chefia de alto escalão são definidas por critérios políticos<sup>13</sup>.

A guarda municipal em alguns momentos vem sendo utilizada para suprir a ausência de equipamentos que são de competência do poder público estadual, atuando no atendimento às ocorrências de acidentes de trânsito com ou sem vítima (atribuição da polícia militar), efetuando retirada de vítimas de acidentes que ficam presas a ferragens (atribuição do corpo de bombeiros), atendimento a incêndios diversos (atribuição do corpo de bombeiros), resgate de vítimas de afogamento (atribuição dos salva-vidas dos bombeiros), resgate a vítima de alagamento (atribuição dos agentes de defesa civil) dentre outras atividades que podem ser causadoras de traumas, de alto nível de stress e exposição a grandes riscos à vida dos profissionais. A grande contradição aqui é a seguinte: - Se tais funções não forem realizadas pelos guardas municipais, a integridade dos munícipes e visitantes poderá ser comprometida. Segundo dados fornecidos pela SESEP, no período de janeiro a junho de 2013, foram confeccionados por agentes da guarda municipal de Rio das Ostras o total de 2.128 registros de ocorrências de acidente de trânsito. Número este composto por acidentes com ou sem vítimas, dos quais a Guarda Municipal foi a primeira a chegar ao local, solicitar o socorro quando necessário e tomar as medidas necessárias para o registro.

---

<sup>12</sup> Uma **companhia** é um tipo de unidade militar, composta por entre 60 e 250 militares e tradicionalmente comandada por um capitão. Normalmente, está dividida em dois ou mais pelotões, com várias companhias a formarem um batalhão. Tipicamente, a companhia é a menor unidade de um exército a dispor de autonomia administrativa e logística. Tradicionalmente, o sargento mais graduado de uma companhia é designado "primeiro-sargento", sendo responsável pelos seus serviços administrativo. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia\\_\(militar\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_(militar))

<sup>13</sup> Os principais critérios são apoio político em campanhas e familiares de vereadores ou mesmo do prefeito em exercício.

No que se refere aos atendimentos realizados pela Defesa Civil e Coordenadoria de Proteção Ambiental, no ano de 2012 foram aproximadamente 3800 atendimentos referentes a queimadas e incêndios no decorrer do mesmo ano.<sup>14</sup>

Um dos maiores descasos por parte do governo do Estado em relação a Rio das Ostras pode ser visto com a demonstração de desvalorização da vida humana, considerando que segundo informações do Coordenador da Defesa Civil no município em 2012, mesmo em período de alta temporada, quando Rio das Ostras aumenta em muito sua população, o Corpo de Bombeiros só disponibiliza para o município de 06 a 08 salva-vidas diários para atender uma extensão de 12.000 metros de orla marítima.

A grande questão está no fato da guarda municipal não possuir nenhum tipo de treinamento psicológico para lidar com determinadas ocorrências, ou com seus desdobramentos, tampouco possui suporte específico para os tipos de atividades que executam e que podem vir a prejudicar seu corpo, seja por contusões, cansaço, esforço físico, dentre outras coisas.

Finalizamos esta pesquisa com a preocupação com a saúde dos Guardas Municipais e demais profissionais que executam seu trabalho no âmbito de questões voltadas para segurança pública, no sentido de que o poder público não prevê ações de enfrentamento às demandas apresentadas em decorrência do desgaste físico-emocional, e não associa tal questão à inconstância do efetivo de trabalhadores.

#### **4 - Referências Bibliográficas**

ALAGAMENTOS POR CAUSA DA CHUVA DEIXAM MORADORES ILHADOS EM RIO DAS OSTRAS: Mentira tem perna curta. Disponível em: <<http://riodasostrasjornal.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

CAETANO, Mira Lini M. A Crise do Capital e as Consequências no Mundo do Trabalho. In: CASTRO, ANTONIO O. (Brasil) (Org.). Projeto CTPETRO Tendências Tecnológicas: Impactos Sociais do Desenvolvimento da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo nas Regiões das Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense. Nota Técnica 13/2003. Instituto Nacional de Tecnologia. Disponível em: <[www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/cont.php?url=arquivos/](http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/cont.php?url=arquivos/)>. Acesso em: 28 maio 2013.

CHADE, Jamil. Brasil terá aumento de 500 mil desempregados até 2014. Jornal Estadão. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/jamil-chade/2013/01/21/>>. Acesso em: 12 jul. 2013

COMEÇA o Rio das Ostras Jazz & Blues Festival Portal Prefeitura de Rio das Ostras. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br/noticia>>. Acesso em: 30 maio 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Trabalho e Indivíduo Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

---

<sup>14</sup> Não foi possível levantamento dos dados referentes a salvamentos marítimos e recolhimentos de animais, devido a perda de banco de dados da guarda municipal.

- JORNAL OFICIAL RIO DAS OSTRAS, 613, 2013, Rio Das Ostras. Reforma Administrativa - Edição especial: Lei 1.170/2013. Rio Das Ostras: Pmro, 2013. p.64.
- LIMA, Maria da Glória d'Almeida: Pérola entre o rio e o mar - História de Rio das Ostras. Fundação Rio das Ostras de Cultura, Poema, 1998.
- LISBOA, Vinícius. Confrontos em manifestação no Rio deixaram 62 feridos. Repórter da Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia>>. Acesso em: 21 jun. 2013.
- MISSE, Michel et al. (Org.). AS GUARDAS MUNICIPAIS NO BRASIL: Diagnóstico das transformações em curso. Rio de Janeiro: Booklink, 2010. 315 p.
- MORAES, Giovanni Araújo. Legislação de Segurança e Saúde Ocupacional. 1ª edição, Rio de Janeiro, 2006.
- MOTA, Ana Elizabete. Crônica de uma morte anunciada: as reformas da Previdência Social Brasileira nos anos 1990 e 2000. In: BRAGA, Léa & CABRAL, Maria do Socorro, (orgs.). Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008
- MOVIMENTO Chega de Estupros. Disponível em: <<http://chegadeestuprosro.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 jul. 2013.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS. Secretaria Municipal de Segurança Pública, Banco de Dados, 2013
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Rio das Ostras. [www.riodasostras.rj.gov.br](http://www.riodasostras.rj.gov.br). 2011
- RIO DAS OSTRAS. João Batista Esteves Gonçalves. Secretário Municipal de Fazenda (Ed.). XXIV Fórum Municipal de Planejamento e Orçamento. audiência pública. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br/download/foruns-de-orcamento/xxiv.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2013.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. [Site do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro]. Rio de Janeiro, [200-?]. Disponível em: <<http://www.cide2.rj.gov.br>>.
- ROSE, R. S. Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SERRA, Rose.(org.) Trabalho e reprodução – Enfoques e abordagens.- São Paulo: Cortez, 2001
- SILVA, Edith Seligmann. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Luiz Antonio Machado Da. AFINAL, QUAL É A DAS UPPS? Março, 2010. Disponível em: <[www.observatoriodasmetrolopolos.ufrj.br](http://www.observatoriodasmetrolopolos.ufrj.br)>. Acesso em: 26 jul. 2013.
- TEIXEIRA, Andréa de Paula. Política de previdência social. In:REZENDE,Ilma & CAVALCANTE, Ludmila Fontenele. Serviço Social e Políticas Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo, Cortez, 2008.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RJ. Estudos Sócioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [HTTP://www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br)